

## PREFÁCIO

Tendo por base uma esquadra de polícia da PSP, mas não se confinando aos seus limites, esta é uma etnografia que restitui em toda a sua textura o universo humano de uma profissão e o pulsar de uma organização no seu funcionamento quotidiano. Isso não seria possível, ou não o seria de maneira tão cativante, sem o estilo de escrita de Susana Durão, uma escrita com qualidades evocativas que transporta o leitor para esse universo e o envolve na sua atmosfera.

Não se tratando, porém, de um romance, faz mais do que evocar uma realidade. Faz dela a descrição sistemática. Por isso são reconhecíveis neste texto ingredientes fundamentais de uma boa etnografia: descreve com subtileza e com atenção ao pormenor significativo, contextualiza e relaciona elementos de diferentes registos, além de definir as condições da sua comparação com outros contextos. Percebe-se aqui que tudo isto implicou previamente um trabalho de terreno em profundidade, um trabalho que permitiu um grau de conhecimento das rotinas por vezes superior àquele que os próprios sujeitos possuem, ao ponto de os polícias mais inexperientes consultarem a etnógrafa que os acompanhava sobre os factos dessas mesmas rotinas, sejam elas formais ou informais. Mas poderia referir-me ainda a um outro patamar de conhecimento que torna este trabalho revelante, aquele que procura na realidade observada as lógicas sociais e culturais que a atravessam. Essas, só uma perspectiva analítica e de conjunto permite captar e é por isso natural que tendam a escapar aos actores nela imersos.

É a conjugação destes três ingredientes, aliada a uma articulação densa dos dados do terreno, que faz com que a caracterização de tipos ensaiada por Susana Durão ao longo do texto seja exemplar e não caia nunca na reificação que afecta tantas tipologias. Apesar das advertências em que tendem a aparecer envolvidas, na verdade, acabam



insensivelmente por induzir o leitor a tomar tipos ideais pela própria realidade, elidindo tudo o que nela é complexo, dinâmico, enredado. No caso deste trabalho, o ensaio tipológico não descarna, não espartilha, não empobrece a realidade, limita-se a emprestar-lhe alguma estrutura. Creio que em parte assim é porque a esse ensaio não é dada mais importância do que a devida, quer dizer, o desenho de tipos permanece um meio, um auxiliar da análise, não se torna um fim em si.

Através da etnografia acedemos aqui a algo que seria mais difícil captar por outras vias: o modo como se manifestam e como são negociados no quotidiano muitos dos dilemas, das ambivalências e das ambiguidades que atravessam o mandato policial tal como ele se dá a ver nas práticas e nas atitudes dos agentes de uma esquadra da PSP. São eles e elas quem na linha da frente medeia entre a lei e rua, de resto com uma considerável latitude ou discricionariedade. E este livro permite-nos também entender até que ponto são desde logo estruturadoras do exercício desse mandato as clivagens várias que decorrem da experiência da deslocação, como porventura não acontecerá com nenhuma outra profissão em Portugal, pelo menos no mesmo grau. Além do mais, esta etnografia é por isso socialmente relevante ao fazer-nos ver as implicações dessas clivagens, e das contradições que as acompanham, tanto para polícias como para cidadãos.

Mas não é menos importante percebermos ainda que o balanço entre a unidade e a pluralidade que se desprende do mandato policial não é uma mera questão do nível a que nos coloquemos para aferir esse mandato. Isso seria sem dúvida pertinente mas relativamente trivial pois, esse mandato surgir-nos-á sempre tanto mais unificado quanto mais genérico for o nível considerado; parecerá tanto mais plural quanto mais fino for o patamar em que o analisarmos. Em vez disso, como Susana Durão aqui demonstra, trata-se na verdade de uma tensão inerente à organização policial e que se manifesta, entre outros aspectos, na gestão variável de uma série de dualidades, tais como autonomia/dependência, prevenção/repressão, apoio/controlo, serviço/segurança e ordem, policiamento de proximidade/controlo do crime, para dar apenas alguns exemplos.

Envolvem estes binómios contradições várias: a eficiência num domínio de actuação (por exemplo, na regulação do trânsito) pode deitar a perder a eficácia noutra (por exemplo, o controlo do crime); ou sucede que a faceta mais valorizada na representação da profissão e na definição da própria identidade profissional, isto é, a operacionalidade na área do crime, não corresponda senão a uma dimensão relativamente reduzida das práticas que constituem o grosso do trabalho policial, práticas estas que são assim objecto como que de uma invisibilização pública e institucional.

De resto, e no que à área do crime diz respeito, é também possível entrever, no controlo mais individualizado e à civil, como os chamados bairros problemáticos se têm vindo a constituir como um lugar privilegiado de construção e *performance* dessa mesma identidade profissional, sobretudo na PSP e na GNR. Em todo o caso, a presente etnografia não deixa de contribuir para esclarecer o contexto de produção de certas práticas policiais que têm por objecto esses territórios. Este é, sem dúvida, um trabalho que fazia falta para entender melhor ao nível micro o funcionamento do triângulo “prisão – policiamento – territórios problemáticos”.

Uma característica central sublinhada pela autora é a ambiguidade que hoje rodeia o mandato policial, em parte resultante da complexificação das funções das forças de segurança e acentuada em Portugal pela coexistência de modelos contraditórios num mesmo sistema: o recrutamento centralista francês e a descentralização anglo-saxónica, esta última conjugando-se melhor com formas localistas de policiamento. Ora, esta ambiguidade é algo que há muito não é estranho a outros corpos, como, por exemplo, os guardas prisionais. Também estes se vêem com frequência divididos, ou tentando conciliar na sua identidade profissional tarefas, responsabilidades e papéis que são não só de diferente natureza, como muitas vezes se revelam inconciliáveis: a função de segurança e de vigilância, por um lado, e a de tratamento assistencial e de reabilitação, por outro. A esta luz polícias e guardas prisionais têm muito em comum, e esta etnografia traz dados importantes para uma comparação entre ambos que poderá ajudar a estabelecer melhor, no quadro das ciências sociais, os contornos distintivos da actividade de cada um destes dois corpos, bem como as pontes entre eles. Mas esta problematização é extensível ainda a outras forças de segurança, como é o caso da GNR, onde o



leque de funções tende a ser dicotomizado, nas representações dos guardas, em trabalho policial e não policial, sendo incluído neste último o policiamento de proximidade. Em todo o caso, esta investigação vem enriquecer as possibilidades de diálogo com outras, em Portugal e no estrangeiro, que indiciam o modo como esta ambiguidade encontra expressão e tende a desmultiplicar-se em torno do campo da Polícia. E é por fim também por esta razão, pelas pistas estimulantes que abre, pelo modo coerente e fértil como é passível de cruzar-se com material empírico e bibliográfico que vamos conhecendo em áreas vizinhas, pelo que acrescenta ao nosso conhecimento sobre o universo da segurança em Portugal, que esta é uma etnografia que vale a pena percorrer.

MANUELA IVONE P. DA CUNHA  
Antropóloga, Universidade do Minho